Parte 3 - Migração e estado

Elementos relativos à migração e à economia

Luís Renato Vedovato
Luana Aparecida Zuppi Garcia

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

VEDOVATO, L. R., and GARCIA, L. A. Z. Elementos relativos à migração e à economia. In: SANTOS, M. L., ANUNCIAÇÃO, C. S., and CAVALCANTI, V., eds. *Migrações e identidades: várias óticas e perspectivas* [online]. Ilhéus, BA: EDITUS, 2017, pp. 173-190. ISBN: 978-85-7455-492-1. <https://doi.org/10.7476/9788574554921.0009>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

ELEMENTOS RELATIVOS À MIGRAÇÃO E À ECONOMIA

Luís Renato Vedovato¹

Luana Aparecida Zuppi Garcia²

Enquanto este artigo é escrito³, ao final de 2015, a crise migratória é uma notícia bastante comum nos jornais, tanto impressos como digitais⁴. Na maioria dos casos noticiados, há uma constante alusão aos problemas econômicos que podem ser enfrentados pelos países que possivelmente venham a receber os migrantes, que buscam refúgio por conta das perseguições odiosas que sofrem em seus territórios de origem. De fato, especialmente a Alemanha tem demonstrado preocupação com a chegada desses migrantes, enquanto outros países, como a Hungria, simplesmente fecham as fronteiras impedindo a entrada dos desesperados deslocados em seu

1 Professor Doutor da UNICAMP; professor do Programa de Mestrado em Direito da UNINOVE. Professor da PUC de Campinas.

2 Mestranda em Direito do Programa de Mestrado em Direito da UNINOVE.

3 O presente trabalho foi escrito como fruto da participação de Luís Renato Vedovato no I Seminário Internacional Migração e Identidade, em Salvador, no ano de 2015. Contando com a sistematização feita por Luana Aparecida Zuppi Garcia.

4 Sobre o tema, vale conferir: <http://www.maltatoday.com.mt/news/europe/60403/eu_endofyear_summit_focuses_on_migration_crisis#.VnMXuN-rSRs> ou <<http://www.dw.com/en/inside-europe-lampedusa-an-island-of-migration/av-18924709>> ou <<http://www.bbc.com/news/world-europe-35118082>> ou <<http://www.foxnews.com/us/2015/12/16/as-lawmakers-clash-over-refugees-syrian-immigration-quietly-tops-100000-since.html>> ou <<http://www.usatoday.com/story/news/politics/2015/12/15/defending-immigration-obama-says-muslim-refugees-like-catholics-1900/77360886/>>.

território. De forma assustadora, na ótica da proteção dos direitos humanos, os húngaros aprovaram leis que permitem o uso da força para barrar o ingresso de migrantes, permitindo, até mesmo, a utilização de armas e a busca nas casas em que se suspeita haver a presença de migrantes⁵.

No entanto, o relatório anual sobre migrações da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) indica que os efeitos econômicos podem estar sendo superdimensionados⁶, pois, pelo que se pode verificar do trabalho da OCDE, os fluxos migratórios são cíclicos, tendo sempre ocorrido boa absorção dos migrantes no destino, como adiante será desenvolvido.

Além disso, no tocante ao direito, não se pode negar que o regime de proteção internacional de refugiados, idealizado para proteger os que mais sofrem entre os migrantes, nasceu originalmente do desejo de proporcionar ajuda humanitária a uma população em sofrimento. Dessa forma, o que se pergunta é: mesmo que houvesse consequências econômicas trágicas, seria possível deixar de proteger o refugiado? A busca para essa resposta coloca em evidência tanto o direito quanto a economia, mas há outros ramos do conhecimento tão importantes (ou mais) que esses que devem ser considerados nos momentos decisivos.

É um debate que exige o diálogo, não apenas para dizer que há limites para o Direito (fala normalmente utilizada para que se justifique a eficácia do direito, reconhecendo que ele só pode ser aplicado nos casos em que o equilíbrio econômico seja mantido), ou para dizer que a economia deve se preocupar com os direitos a serem reconhecidos, como é o caso do embate para construção de normas que trazem direitos, caso esses exijam recursos financeiros. Em outras palavras, não basta o diálogo se os parâmetros econômicos não

5 Confira a notícia: Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/hungria-amplia-poderes-do-exercito-e-da-policia-para-lidar-com-migrantes.html>>.

6 OECD (2015), *International Migration Outlook 2015*, OECD Publishing, Paris. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/migr_outlook-2015-en>.

forem alterados. Logo, garantir direitos humanos exige distribuição de renda. Sem ela, os direitos humanos nunca serão totalmente garantidos ou, ao menos, vão deixar inúmeros indivíduos à margem da sua proteção.

O diálogo proposto é o que rompe aquele que apenas escuta a economia, é o diálogo que pressupõe a distribuição de renda e a proteção dos seres humanos, não importando de onde vieram, qual religião professam, se são contribuintes de impostos ou se podem ser financeiramente interessantes para os países. A proteção do migrante, incluindo o refugiado, poderá ser muito ampliada caso sejam superados os limites econômicos e ampliada a distribuição de renda.

De toda sorte, o que se busca demonstrar no presente trabalho é só uma parte do que foi dito até aqui, o que se busca é, assim, demonstrar que os impactos econômicos da migração são inofensivos aos países, podendo, em alguns casos, ser bastante positivos para os países de destino. Para tanto, vai ser utilizado o método dogmático, que envolve a análise das normas relativas ao tema no cenário internacional e interno, com perspectiva empírica, tendo em vista a análise de dados econômicos relativos à circulação das pessoas pelo mundo.

Estrutura do sistema de concessão de refúgio

Como se sabe, passados muitos anos desde sua primeira estruturação, o sistema de proteção do refugiado ainda está longe do ideal. A proteção dos refugiados é formada por dois componentes principais: os acordos internacionais específicos (que dão amparo jurídico) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), como a instituição internacional responsável por atender às necessidades dos refugiados, mormente no referente à sua circulação.

São conhecidos os dois principais acordos internacionais sobre o tema: a Convenção de Genebra, relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951, e o seu Protocolo, de 1967. Há diversas

análises que entendem que esses dois acordos, apoiados pela ação do ACNUR, alcançaram grande sucesso (FIELD, 2010), nesse sentido, destacam-se o número de Estados ratificantes dos tratados (147 Estados ratificaram um ou ambos) e o fato de que o ACNUR atua globalmente em cerca de 120 Estados.

No entanto, como destacado por Field (2010), o sistema não atende às necessidades encontradas no cotidiano dos refugiados, pois esses enfrentam problemas que desafiam a eficiência da estrutura (KAUSHAL; DAUVERGNE, 2011). Segundo Connor (2010), a adaptação de refugiados à sociedade de acolhimento tem sido uma questão de constante preocupação⁷, destacando que a maioria das pesquisas indica que os refugiados são postos diante de grandes obstáculos, especialmente econômicos, na sua integração social⁸, mesmo quando recebidos no destino.

É fato também que os refugiados não deixam voluntariamente o país de origem, ao contrário, eles buscam um novo local para viver, pois sofrem perseguição odiosa no seu país, o que faz com que sejam tidos como conceitualmente diferentes dos demais migrantes, conforme Richmond (1988). Os migrantes no geral, por essa lógica, estariam preparados para a mudança de local de vida. Exatamente por isso, a realidade enfrentada pelos refugiados é mais difícil que a dos demais migrantes, que passam por uma adaptação, como língua e educação, menos complicada. O deslocamento dos refugiados, muitas vezes, acontece por perseguições odiosas sofridas em seu país de origem, que podem neles causar tanto traumas físicos quanto psíquicos (CONNOR, 2010). Para uma mais profunda análise sobre as diferenças entre migrantes e refugiados, é interessante a leitura de Feller (2006).

Não há dúvida de que ser um refugiado é muito mais difícil, pois, apesar de haver uma proteção transfronteiriça para aqueles

7 Nesse ponto, para fundamentar sua afirmação, Connor cita Hein (1995), Montgomery (1996), Portes e Stepick (1985), Potocky-Tripodi (2003) e Rumbaut (1989).

8 Connor, nesse ponto, cita autores como Kibria (1994), Portes e Stepick (1985), Take-da (2000) e Waxman (2001).

que pleiteiam alcançar tal *status*, os acordos internacionais delegam aos Estados a maior parte dessa proteção, especialmente no que tange à inserção desses indivíduos em seu cotidiano e à definição da condição de refugiado⁹. Os Estados estão adstritos a seu espaço territorial, o que pode ser um limitador fundamental na inserção e na recepção do requerente (FIELD, 2010).

Soma-se a esse fato que muitas pessoas deslocadas estão acolhidas em Estados que não ratificaram os acordos sobre refugiados, não havendo, portanto, formalmente, a necessidade de cumprimento de tais normas (FIELD, 2010). Não se nega que a gestão dos fluxos e a proteção desses refugiados exigem participação de órgãos estrangeiros ou internacionais, especialmente na interpretação das normas internacionais.

Conforme Goldsmith; Posner (2006), o direito internacional dos Direitos Humanos regula a maneira pela qual os Estados tratam indivíduos sob o seu controle¹⁰. Assim, a ligação entre direito dos Refugiados e direito internacional dos Direitos Humanos é, segundo os autores, necessária para que se diminuam os obstáculos enfrentados pelos refugiados em Estados não vinculados aos tratados que regulam internacionalmente a proteção aos refugiados.

9 Sobre esse tema, não se pode ignorar a manifestação de claro descontentamento por parte dos palestinos assentados no Brasil, em novembro de 2007, na cidade paulista de Mogi das Cruzes, vindos do Iraque, de onde tiveram que sair em 2003. Disponível em: <<http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-19/diario/uma-palestina-em-mogi>>. Acesso em: 22 abr. 2011. Em novembro de 2010, o Ministério Público Federal ingressou com Ação Civil Pública em face do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), com o objetivo de garantir benefício assistencial a alguns dos refugiados palestinos que se encontram no Brasil. Tal fato demonstra claramente a dissociação entre decisões internacionais e implementação de direitos internamente.

10 Para uma ligação entre direito humanitário e direitos humanos (Cf. SMRKOLJ, 2008, p. 1780), nos seguintes termos: “There is a prevailing image of such institutions responding to crises and providing support and help in all kinds of urgencies and where, due to this urgency, the legal framework for their work often seems to have a secondary meaning. At the same time the perception is also very common that there is no doubt that those institutions do follow certain rules and act according to human rights standards per se even if they are not explicitly bound by them.”

De fato, se o foco for apenas o Estatuto e o seu Protocolo, percebe-se que há um hiato entre os direitos declarados e a atribuição de responsabilidade para sua efetivação, o que pode ser identificado como um dilema. Há, portanto, uma lacuna entre direitos e responsabilidades, o que merece uma análise mais profunda (SMRKOLJ, 2008).

Além disso, em países como o Brasil, há pedidos de refúgio feitos diretamente pelo interessado, com base na Lei 9.474/97, sendo analisado por órgão interno (CONARE – Comitê Nacional para Refugiados), que poderá indeferir o pedido, não havendo a possibilidade de um recurso para órgão internacional (MOREIRA, 2010).

Há, no entanto, a participação do ACNUR, tanto no processo interno, sendo membro convidado do CONARE (art. 14, parágrafo 1º, da Lei 9474/97), quanto coordenando os fluxos internacionais e intermediando a vinda de refugiados para o país¹¹.

Tal fato não acontece apenas no Brasil. Há uma tendência de que cada Estado tenha a sua própria estrutura para determinação do *status* de refugiado. Apenas como exemplo ilustrativo, pode ser citado caso interessante acontecido no Canadá, referido no artigo “The Growing Culture of Exclusion: Trends in Canadian Refugee Exclusions” (KAUSHAL; DAUVERGNE, 2011). Nesse caso, é relatada a situação de um nacional do Sri Lanka que, em 1987, declarou-se culpado pelo crime de tráfico internacional de entorpecentes perante um tribunal canadense.

Após sua liberação, ele entrou com pedido de refúgio. Em 1993, o judiciário canadense entendeu que a ele não se aplicavam as normas sobre refúgio, pois o tráfico de drogas seria contrário aos propósitos da ONU. A Corte Canadense afastou a aplicação do Estatuto de Refugiado ao requerente com base no art. 1, F, c, da Convenção de Genebra sobre Refugiados, de 1951. Houve recurso e a Suprema Corte do Canadá anulou a decisão, entendendo que o

11 Conferir Jubilut; Apolinário (1999).

tráfico de drogas não pode ser considerado como ato contrário aos propósitos e princípios das Nações Unidas.

Depois de quase 10 anos da primeira decisão, em 2002, o requerente foi ouvido por outra Corte, que faria a análise de seu pedido de refúgio. Dessa vez, a corte afastou o pedido, pois entendeu que ele estaria envolvido com ações terroristas, pois seria membro do grupo Tigres de Liberação do Tamil Eelam, ou Tigres Tâmeis, que atua no Sri Lanka ¹², decisão que foi confirmada por uma Corte Federal, que entendeu que a sua atuação no tráfico de drogas servia para financiar o grupo tido como terrorista, agindo no cometimento de crimes contra a humanidade (KAUSHAL; DAUVERGNE, 2011).

Percebe-se, assim, que a decisão interna pode estar descompassada da decisão de um intérprete internacional sobre a concessão do refúgio, que é o papel do ACNUR. O que não pode ser considerado como novidade, pois poucas são as estruturas de direito internacional que possuem a necessidade de análise por Corte Internacional, com decisão vinculante. No entanto, não houve espaço também para o diálogo necessário entre intérprete interno e internacional, conforme explicado por Carvalho Ramos (2009, p. 847), ao analisar a relação entre decisões do Supremo Tribunal Federal e da Corte Interamericana de Direitos Humanos, nos seguintes termos:

Assim, colacionam-se diversos casos envolvendo a interpretação destes tratados internacionais de direitos humanos nas mais variadas matérias jurídicas no STF.(...) Por outro lado, é extremamente difícil encontrar repercussão no STF das decisões internacionais de direitos humanos oriundas de órgãos em relação aos quais o Brasil reconhece a jurisdição. Mesmo quando se discute o alcance e o sentido de determinada garantia da Convenção Americana de Direitos Humanos não se busca verificar qual é a posição de seu intérprete, a saber, a

12 Pushpanathan vs. Canadá (MCI), [2002] FCJ n. 1207.

Corte Interamericana de Direitos Humanos, cuja jurisdição obrigatória o Brasil já reconhece desde 10 de dezembro de 1998.

Assim, a Corte canadense, ao poder definir o *status* de refugiado para aqueles que requerem ao Canadá sem se valer de interpretações internacionais, demonstra a fragilidade da estrutura internacional de proteção dos refugiados.

Mas muito desse temor em receber os refugiados repousa na questão econômica, que pode não ser um problema tão grande quanto se alardeia.

Migração - uma solução econômica

Segundo a OCDE¹³, o crescimento do PIB global para a área da OCDE, em 2014, é estimado em 1,8%, contra 1,4%, em 2013, e 1,3% em 2012. Como se pode conferir pelos dados específicos de cada país, quase todos os países da OCDE mostraram taxas positivas de crescimento do PIB em 2014, com o declínio muito limitado nos únicos três países que ainda representavam variação negativa (Itália, com queda de 0,4%; e queda de 0,1% na Finlândia e no Japão). A situação do mercado de trabalho não melhorou em todos os países da OCDE em 2014, mas, no final do ano, a taxa de desemprego harmonizada global na área da OCDE caiu para cerca de 7%, a sua média desde que a coleta de dados começou, em 1991.

Assim, pode se dizer que o clima econômico melhorou ligeiramente, o que, sendo combinado com fatores como a evolução demográfica e as crises geopolíticas, criou um ambiente propício à retomada dos movimentos migratórios internacionais.

13 OECD (2015), International Migration Outlook 2015, OECD Publishing, Paris, p. 16. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/migr_outlook-2015-en>.

FIGURA 1 – New asylum applications since 1980 in the OECD

OECD (2015), International Migration Outlook 2015, OECD Publishing, Paris, p. 16.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/migr_outlook-2015-en>.

Como se pode verificar, a migração é cíclica; em 2014, chegou-se aos níveis, no tocante à busca de refúgio, da década de 1990.

O que se objetiva aqui é analisar as tendências mais recentes e, em seguida, facilitar uma visão global dos fluxos e políticas migratórias internacionais. Com foco nos principais países de destino, cobrindo o total dos movimentos permanentes em países da OCDE, as entradas por categoria, a migração de mão de obra temporária, os movimentos de asilo, os estudantes internacionais e movimentos por sexo e país de origem.

Como importantes afirmações relativas à migração, a OCDE expôs que:

- Os dados preliminares sugerem que o fluxo permanente de migração para os países membros da OCDE aumentou acentuadamente em 2014, pela primeira vez desde 2007, e está de volta ao seu nível pré-crise, com 4,3 milhões de entradas permanentes para a OCDE.
- Alemanha consolida sua posição como um dos principais países de imigração, perdendo apenas para os Estados Unidos. Aumentos significativos

nos fluxos são registrados por exemplo na República Checa, Israel, Irlanda e Reino Unido. Em contrapartida, as maiores reduções são observadas na Eslovênia, Itália e Austrália.

- Em 2013, a União Europeia (UE) recebeu o maior número de imigrantes permanentes de fora da UE, como os Estados Unidos fizeram de todos os países, e pela primeira vez a Coreia recebeu mais imigrantes do que o Japão.
- A migração na modalidade reagrupamento familiar foi responsável por mais de um terço de toda a migração permanente para os países da OCDE em 2013 (-1% em relação a 2012) e livre circulação para 30% (+ 4%).
- As entradas de trabalhadores migrantes temporários também estão aumentando, mas com grande variação entre as categorias: as transferências dentro das empresas (+ 6% em 2013 em comparação com 2012), os turistas e os de trabalho (+ 12% para a Austrália, Canadá, Nova Zelândia, Reino Unido e os Estados Unidos), os trabalhadores sazonais na agricultura e hotelaria (-0,4%, excluindo os movimentos intra-UE).
- Em 2013, um em cada dez novos imigrantes para países da OCDE eram chineses e 4,4% eram provenientes da Índia. A Romênia e a Polônia ficaram em segundo e terceiro, respectivamente com 5,5% e 5,3% dos fluxos globais para os países da OCDE.
- Em 2012, havia 3,4 milhões de estudantes estrangeiros no âmbito da OCDE, + 3% em comparação com o ano anterior. Eles foram responsáveis por uma média de 8% da população estudantil de nível terciário da OCDE. A maioria dos estudantes internacionais no ensino superior na OCDE são originários da Ásia, 22% da China, 6% da Índia, e 4% vieram da Coreia.
- Os pedidos de refúgio na área da OCDE aumentaram de forma constante desde 2010, atingindo um pico de 20 anos em 2014, mais de 800 000, o segundo maior ano nos últimos 35 anos. O número de requerentes de refúgio em toda

a OCDE aumentou em 46% em 2014 sobre 2013, impulsionado em parte pela deterioração da segurança na Síria e na Líbia.

- A população total nascida no estrangeiro nos países da OCDE situou-se em 117 milhões de pessoas em 2013, o que corresponde a 40% a mais do que em 2000.
- Desde 2000, os países da OCDE concederam nacionalidade a 25 milhões de cidadãos estrangeiros. Em 2013, mais de 2 milhões de pessoas adquiriram a nacionalidade de um país da OCDE, 14% a partir de 2012.

Durante os últimos anos, vários países têm fundamentalmente revisto a sua legislação migratória em resposta a evolução dos padrões de migração e ao ambiente político em mutação: i) os trabalhadores qualificados ainda são procurados, mas os países estão utilizando caminhos mais seletivos, ii) os investidores e empresários são procurados, mas são cada vez mais escrutinados, iii) alguns procedimentos de imigração, mormente os relativos a famílias, estão sendo facilitados, mas a tendência geral ainda é no sentido de restrição, iv) novas medidas foram adotadas em resposta à crise humanitária na região do Mediterrâneo e v) ações para fortalecer os controles fronteiriços, incentivar os regressos voluntários e lutar contra o emprego ilegal de trabalhadores estrangeiros foram implementadas.

Esse retrato não deixa de ser preocupante, mas o curioso é perceber que há informações que demonstram que a migração pouco tem relação com as agruras econômicas dos países de destino.

Como se percebe, só agora o número de migrantes voltou a ser igual ao de antes da crise de 2007, apesar dos índices de desemprego serem os encontrados na média identificada desde o início da contagem. Logo, não se pode dizer que esse índice tem relação com a migração o que os migrantes buscam tirar os empregos dos nacionais. Parece não ser essa uma conclusão possível aqui.

A União Europeia agora consegue alcançar os EUA no número de migrantes recebidos, o que, historicamente, não pode ser

visto como uma diminuição da força da economia estadunidense, pelo contrário, pode demonstrar que a recepção de migrantes é a força da economia dos EUA, o que pode agora se refletir na Europa. No mais, pelas conclusões da OCDE, não se pode fazer uma relação direta entre migração e problemas econômicos.

As aproximações entre direito e economia

O direito e a economia não estão em polos opostos no caso da migração, na verdade, garantir o direito nunca pode ser tido como contrário à economia. Ele é o único caminho que a economia pode seguir. Assim, a migração protegida pode trazer frutos positivos para a economia do país, como demonstrado pela OCDE, quando indica que os países que mais recebem migrantes, como os EUA, são os que mais rapidamente superam crises e voltam a crescer. Enquanto países que menos atraem migrantes tendem a ter períodos mais longos de problemas econômicos.

A migração é uma característica da vida social e econômica em muitos países, mas o perfil das populações migrantes varia consideravelmente. Em parte, isso é por causa da variedade de fontes de migração. Em grande parte da Europa, por exemplo, os cidadãos gozam de amplos direitos à livre circulação. Na Austrália, Canadá e Nova Zelândia, a gestão da migração laboral desempenha um papel importante. Outras fontes incluem a família e migração humanitária. Seja qual for a sua origem, a migração causa impactos importantes nas sociedades, e estes podem ser controvertidos.

O impacto econômico da migração não é exceção, o que se busca saber é se ele é um benefício ou ônus. Sendo certo que para responder a essa questão, pode ser útil olhar para o impacto da migração em três áreas - do mercado de trabalho, nos recursos públicos e no crescimento econômico. Também se deve dizer que a migração é a face humana da globalização, não podendo ser evitada, sob pena de se colocar em risco todo o fenômeno global,

fazendo-o gerar incertezas sociais concretas, ampliando-se conflitos e violações a direitos humanos. Nesse ponto, é importante destacar o cenário da migração nos países desenvolvidos, analisando os números com base nos estudos da OCDE, especialmente os relativos a crescimento populacional, o que pode ser útil para afirmar que a migração nunca foi um problema no tocante ao aumento da população, apesar de ser útil para não permitir que ela fique estagnada. Para tanto, vale conferir a informação da Figura 2¹⁴.

FIGURA 2 – Components of total population growth in OECD countries, 1960-2020, per Thousand inhabitants

Como se pode analisar, o crescimento da população referente à migração não é maior hoje do que era na década de 1960. Assim, pode-se dizer que a migração é um fato natural que faz parte da economia do país, não podendo ser indicada como a causadora de males ou o caminho para solução dos problemas. De fato, a migração, incluindo o refúgio, deve ser protegida, especialmente por conta dos tratados internacionais de direitos humanos.

Dessa forma, entender que há uma determinação internacional para proteção dos direitos humanos (que abarca os migrantes),

14 OECD (2014), Migration Policy Debates, May 2014, OECD Publishing, Paris, p. 3.

é compreender que não há consequências econômicas negativas sensíveis da migração, mas mesmo que houvesse, não poderiam ser utilizadas como justificativa para o impedimento da circulação de pessoas pelo mundo, especialmente os refugiados, sob pena de haver violação a tratados internacionais.

Sendo assim, o direito é um limitador para o argumento econômico, constituindo-se em componente relevante para a distribuição de renda. Em outras palavras, os impactos econômicos não podem ser fundamento para limitação da migração, ou pelo fato de serem mínimos, ou por não serem razoáveis para afastar a aplicação de tratados internacionais.

Os dados de migração da OCDE

Pelo que se pode depreender das análises realizadas, há alguns pontos que merecem atenção para o avanço do debate entre direito e economia e, principalmente, para a diminuição da distância entre o direito e a distribuição de riqueza:

- a) as consequências econômicas da migração são quase nulas no que diz respeito à piora dos dados estatísticos;
- b) mesmo que haja resultados econômicos, eles não podem ser utilizados como mecanismo para impedir a proteção de direitos humanos;
- c) a aplicação e proteção de direitos, apesar do cenário econômico, pode ser importante mecanismo para a distribuição de recursos.

Vale ainda destacar que, segundo a OCDE, na Europa, migração com livre circulação ajuda a resolver os desequilíbrios do mercado de trabalho. De fato, no âmbito da mobilidade dos trabalhadores, houve aumento considerável nas zonas dos países da OCDE, na sequência da ampliação da UE (União Europeia), acontecida nos anos de 2004

e 2007. Este adicionado a capacidade de ajustamento dos mercados de trabalho. Além disso, as estimativas recentes sugerem que há um choque positivo no mercado de trabalho, de forma assimétrica - que está ocorrendo em momentos diferentes e com diferentes intensidades entre os países - o que pode ser absorvido e abrandado pela migração.

Além disso, os migrantes, inclusive os refugiados, contribuem mais em impostos e contribuições sociais do que recebem em benefícios individuais. Assim, trabalhos recentes sobre o impacto fiscal da migração para todos os países europeus da OCDE, bem como a Austrália, o Canadá e os Estados Unidos, forneceram novas provas desse fato. O estudo sugere que o impacto das ondas cumulativas de migração que chegaram ao longo dos últimos 50 anos nos países da OCDE é, em média, perto de zero, raramente superior a 0,5% do PIB em termos positivos ou negativos. O impacto é maior na Suíça e Luxemburgo, onde os imigrantes proporcionam um benefício líquido estimado de cerca de 2% do PIB para os recursos públicos. Os imigrantes não são, portanto, nem um encargo para os cofres públicos nem são uma panaceia para enfrentar os desafios fiscais. Na maioria dos países, exceto naqueles com uma grande parte dos migrantes mais idosos, os migrantes contribuem mais em impostos e contribuições sociais do que recebem em benefícios individuais. Isso significa que eles contribuem para o financiamento de infraestruturas públicas, embora se admita que em menor grau do que o natural.

Além disso, a migração contribui para estimular a inovação e o crescimento econômico. A migração internacional tem efeitos diretos e indiretos sobre o crescimento econômico. Há pouca dúvida de que onde a migração se expande, a força de trabalho e o PIB agregado crescem. No entanto, a situação é menos clara quando se trata de crescimento do PIB per capita.

Também se destaca, em primeiro lugar, que a migração tem um impacto demográfico, não só através do aumento do tamanho da população, mas também pela evolução da pirâmide de idade dos países que os receberam. Os migrantes tendem a ficar mais concentrados nos grupos mais jovens e economicamente ativos em

geral, em comparação com os nativos e, portanto, contribuem para reduzir as dificuldades econômicas.

Em segundo lugar, os migrantes chegam com competências e habilidades e assim completam o estoque de capital humano do país de acolhimento. Mais especificamente, a evidência dos Estados Unidos sugere que os imigrantes qualificados contribuirão para estimular a investigação e a inovação, bem como o progresso tecnológico.

A proporção de imigrantes altamente qualificados nos países da OCDE vem aumentando bastante. O número de imigrantes com formação universitária nos países da OCDE mostrou um aumento sem precedentes na última década (até 70%), atingindo um total de quase 30 milhões em 2010/11. Destes, cerca de 5 milhões, ou 17%, chegaram nos últimos cinco anos. Essa tendência é impulsionada principalmente pela migração asiática – mais de 2 milhões de migrantes formados em universidades originários desta região chegaram na OCDE nos últimos cinco anos.

Logo, superada a questão econômica, o que resta para a restrição da migração tem conteúdo exclusivamente violador de tratados internacionais, assim, não pode se sustentar.

Referências

ANDRADE, J. H. F. de; MARCOLINI, A. A política brasileira de proteção e de reassentamento de refugiados: breves comentários sobre suas principais características. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 45, p. 168-176, 2002.

AZZAM, F. A Tragedy of Failure and False Expectations: Report on the Events Surrounding the Three-month Sit-in and Forced Removal of Sudanese Refugees in Cairo. **The Forced Migration and Refugee Studies Program, The American University in Cairo**. Disponível em: <>. 2006.

BENHABIB, S. **The Rights of Others: Aliens, Residents, and Citizens**. Cambridge University Press, 2004.

CARVALHO RAMOS, André de. **Direito ao Acolhimento: principais aspectos da proteção aos refugiados no Brasil**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

CARVALHO RAMOS, André de. Direito dos Estrangeiros no Brasil: imigração, direito de ingresso e os direitos dos estrangeiros em situação irregular. In: SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela; PIOVESAN, Flávia (Coord.). **Igualdade, diferença e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, p. 721-746. 2008.

CARVALHO RAMOS, André de. **O Diálogo das Cortes: O Supremo Tribunal Federal e a Corte Interamericana de Direitos Humanos**. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

CARVALHO RAMOS, André de. O Princípio do Non-Refoulement no Direito dos Refugiados: oo ingresso à extradição. **RT Revista dos Tribunais**, v. 892, p. 347-376. 2010.

CONNOR, P. Explaining the Refugee Gap: Economic Outcomes of Refugees versus Other Immigrants. **Journal of Refugee Studies**, v. 23, n. 3, p. 377-397. 2010.

FELLER, E. Asylum, migration and refugee protection: realities, myths and the promise of things to come. **International Journal of Refugee Law**, v. 18, n. 3-4, p. 509. 2006.

FIELD, J. R. C. Bridging the Gap Between Refugee Rights and Reality: a Proposal for Developing International Duties in the Refugee Context. **International Journal of Refugee Law**, v. 22, n. 4, p. 512-557. 2010.

GOLDSMITH, J. L.; POSNER, E. A. **The Limits of International Law**. Oxford University Press, USA, 2006.

JARDIM, D. F. Os imigrantes palestinos na América Latina. **Estudos Avançados**, v. 20, p. 171-181. 2016.

JUBILUT, L. L.; APOLINÁRIO, S. M. O. S. A população refugiada no Brasil: em busca da proteção integral. **Letras**, p. 134. 1999.

KAUSHAL, A.; DAUVERGNE, C. The Growing Culture of Exclusion: Trends in Canadian Refugee Exclusions. **International Journal of Refugee Law**, v. 23, n. 1, p. 54 -92. 2011.

MOREIRA, J. B. Redemocratização e direitos humanos: a política para refugiados no Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, n. 1, p. 111-129. 2010.

OECD (2015), **International Migration Outlook 2015**, OECD Publishing, Paris: Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/migr_outlook-2015-en>.

OECD (2014), **Migration Policy Debates**, May 2014, OECD Publishing, Paris.

RICHMOND, A. H. Sociological Theories of International Migration: The Case of Refugees. **Current Sociology**, v. 36, n. 2, p. 7 -25. 1988.

ROCHA, R. R.; MOREIRA, J. B. Regime internacional para refugiados: mudanças e desafios. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 37. 2010.

SMRKOLJ, M. International Institutions and Individualized Decision-Making: An Example of UNHCR's Refugee Status Determination. **German Law Journal**, v. 9, p. 1779. 2008.

IMPrensa UNIVERSITÁRIA

IMPRESSO NA GRÁFICA DA **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ** - ILHÉUS-BAHIA